

**CONFIGURAÇÕES DO  
DESENVOLVIMENTO,  
TRABALHO E AÇÃO COLETIVA**

**3º ENCONTRO DO**



Observatório do  
Mercado de Trabalho  
do Maranhão

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – DECCA**

**VANESSA NASCIMENTO DOS SANTOS**

**DINÂMICAS E CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO  
MERCADO DE TRABALHO NO MARANHÃO**

**SÃO LUÍS**

**2019**

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



**PGPSE**



**CONFIGURAÇÕES DO  
DESENVOLVIMENTO,  
TRABALHO E AÇÃO COLETIVA**

**3º ENCONTRO DO**



Observatório do  
Mercado de Trabalho  
do Maranhão

**VANESSA NASCIMENTO DOS SANTOS**

**DINÂMICAS E CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO  
MERCADO DE TRABALHO NO MARANHÃO**

Artigo apresentado a XIII SEAD  
do Curso Superior de  
Administração da Universidade  
Federal do Maranhão – UFMA.

Orientador: Tadeu Gomes  
Teixeira

**São Luís**

**2019**

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



**PGPSE**



**DINÂMICAS E CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO  
MERCADO DE TRABALHO NO MARANHÃO**

Vanessa Nascimento dos Santos<sup>1</sup>  
Tadeu Gomes Teixeira<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução da participação feminina no mercado de trabalho maranhense. Para isso, os dados foram obtidos a partir da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), sendo o recorte temporal de 2007 a 2017. Foi utilizada a estatística descritiva para análise dos dados e interpretação dos resultados. Verificou-se que houve um incremento da participação feminina no mercado de trabalho e que as mulheres maranhenses estão em maior parte inseridas no setor de serviços, seguido pelo setor do comércio. As políticas públicas com recorte de gênero têm passado por uma ampliação a partir de 2014, com destaque para a criação da Secretaria da Mulher na gestão do atual governo executivo, de 2016 até 2018 o Maranhão atingiu o quantitativo de 89 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres (OMPs).

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho. Relações de gênero. Mulher. Diferença salarial. Desigualdade de gênero.

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro tem aumentado. No ano de 2007 a força feminina representava 40,8% do mercado formal de trabalho, já no ano de 2016 esse índice subiu para 44% conforme aponta os dados do Ministério do Trabalho. A construção social das relações de gênero tem como base o patriarcado uma “ideia” social em que cabe ao homem o poder, ou simplesmente, é o poder é dos homens, as condições de trabalho femininas expressas pelo patriarcalismo determinam a divisão sexual do trabalho naturalizando as diferenças biológicas que definem qual papel na sociedade produtiva do trabalho deve ser ocupado por homens e mulheres. Para Nogueira (2004, p. 18) o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres

<sup>1</sup>Aluna do Curso de Administração/UFMA, integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Estudos Organizacionais – GPPDEO. Endereço eletrônico para contato: [vanessa.nasantos@outlook.com](mailto:vanessa.nasantos@outlook.com)

<sup>2</sup>Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo e Especialista em Gestão de Organizações de Ciência e Tecnologia pela ENSP/Fiocruz, Coordenador Técnico do Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão (financiado pelo Ministério do Trabalho), líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Estudos Organizacionais – GPPDEO. Endereço eletrônico para contato: [tagote@gmail.com](mailto:tagote@gmail.com)

espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas a suas capacidades inatas.

A participação feminina crescente no mercado de trabalho é uma tendência consolidada (GARCIA; CONFORTO, 2012). Organizações e empregadores do mundo todo tem investido no trabalho das mulheres. Segundo Teixeira (2005, p. 65-76), nos últimos cinquenta anos o contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. “Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade”.

A participação das mulheres na PEA (População Economicamente Ativa) tem crescido em grande parte dos países desde a década de 1970. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), entre a população economicamente ativa, 53% das mulheres, em comparação com 40,4% dos homens, completaram dez ou mais anos de educação formal. Em 2017, a taxa de participação na força de trabalho global para o público feminino foi de 49,4%. Entre os homens, o índice chegava 76,1%. Conforme dados do DIEESE (2005), a taxa de participação feminina, indicador que expressa a proporção de mulheres com 10 anos e mais de idade que efetivamente trabalham ou procuram trabalho, apresentou crescimento contínuo entre 1998 e 2004.

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa foi identificar e avaliar públicas criadas pelo governo do Maranhão para fomentar a participação feminina no mercado de trabalho e propiciar a geração de emprego e renda. Possui como objetivos específicos identificar e analisar instituições vinculadas à formulação de políticas públicas com recorte de gênero em São Luís e Imperatriz e avaliar as políticas de trabalho nessas cidades a partir de um recorte de gênero.

Este trabalho está estruturado em quatro seções: a primeira, que consiste nesta introdução, apresenta o objetivo da pesquisa; a segunda aborda o referencial teórico que a fundamenta; a terceira está descrita a metodologia utilizada, e, finalmente, na quarta seção, têm-se a apresentação dos resultados e as considerações finais.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1. Compreendendo as relações de gênero**

Ao analisarmos a inserção da mulher no mercado de trabalho e a forma como estas são colocadas, recorre-se a riqueza teórica do movimento feminista com discussões sobre os estudos de gênero, principalmente as questões pertencentes ao preconceito vivenciados pelas mulheres, somando-se a discriminação salarial presente entre homens e mulheres; a fim de compreender de forma extensa as questões relacionadas ao trabalho feminino.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**

## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Kergoat (2009), afirma que as relações sociais de sexo são atravessadas por uma hierarquização entre os sexos, caracterizando uma relação de dominação e de poder. Os grupos sociais formados por homens e mulheres cultivavam uma forte tensão e antagonismo, as relações sociais de sexo atravessaram não somente a esfera profissional, mas, todas as relações sociais, estabelecidas nas sociedades derivam de construções sociais, e não de supostas “essencialidades” biológicas.

O grande princípio para analisar as relações sociais de gêneros está pautado na divisão sexual do trabalho, de acordo com Hirata (2009). Segundo essa autora, o conflito, a opressão e a dominação estão presentes nessa divisão das relações sociais. Com uma divisão de trabalho hierarquizada, onde a mão de obra masculina sempre obteve a maior valorização profissional em relação à feminina, na visão da autora são imprescindíveis às relações sociais de sexo alinhadas com divisão sexual do trabalho, criando um conjunto de elementos interligados dando sustentação à compreensão dessas relações entre homens e mulheres, que são desiguais e hierarquizadas.

No Brasil, nas relações de gêneros instituídas, o universo doméstico e privado é destinado exclusivamente à mulher, dentro desse espaço social, tinham o seu tempo e recursos restringidos impedindo-as de investir na sua capacitação e travando a sua entrada no mercado de trabalho, em consequência disso, é evidente que, tanto no âmbito social quanto econômico, a imagem da mulher no mercado de trabalho na sociedade seria pouco valorizada. As imagens de gêneros presentes na sociedade garantiram a hierarquização das relações entre homens e mulheres que garantiram a manutenção e reprodução das desigualdades de gênero (ABRAMO, 2007).

Ainda dentro do cenário brasileiro, a submissão e opressão das mulheres, marcaram as relações sociais de sexo e as imagens de gênero, esse processo, foi caracterizado pela opressão e submissão das mulheres dos grupos subalternos da sociedade – indígenas e escravos – constituiu o machismo e o patriarcalismo como práticas sociais hegemônicas nas relações de sexo na sociedade brasileira (DEL PRIORE, 2001).

A hierarquia e a rígida separação das mulheres na vida pública começaram a ser discutidas no início do século XX, nesse período já existiam inseridas no mercado alguns postos de trabalho em que se manifestava a mão de obra feminina, atuando em ferrovias, correios, enfermagem e, principalmente, na educação (ARAÚJO, 2004). Portanto, meados do século XIX no Brasil, a mulher teve sua participação na vida pública limitada e de forma bastante restrita, onde o lugar que lhe era reservado era o espaço do lar para permitir a execução das atividades de obrigação enquanto mulher, papel de reprodução e o papel de mãe e mulher recatada.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



A partir de meados da década de 1970, há uma ampliação da inserção da mulher no mercado de trabalho, esse aumento do perfil de força e da participação, se caracterizou por mudanças culturais e nos valores relativos ao papel da mulher na sociedade, impulsionadas pelas lutas feministas desde os anos 70 (ARAÚJO, 2004).

O processo de participação feminina no mercado de trabalho ocorreu conforme Araújo (2004), na esteira de movimentos políticos e sociais que questionam as relações de sexo presentes na sociedade, um exemplo de movimento político é o movimento feminista, que favoreceu as atividades profissionais exercidas por mulheres e impulsionou a entrada feminina em cargos que até aquele momento eram predominantemente masculinos.

O crescimento da mulher no mercado de trabalho é caracterizado pelo aumento da escolaridade, que permitiu que as mulheres passassem a ocupar cargos de níveis superiores como engenharia, direito, administração e outras profissões de prestígio apesar de suas atividades serem vistas como minoritárias, existe uma parcela relevante de mulheres ocupando grandes cargos com alta remuneração, diferenciados e boas condições de trabalho.

A entrada da força feminina no mercado de trabalho é analisada como uma força de trabalho secundária Abramo (2007), a renda da mulher era vista como complemento, não era considerada como principal, o papel de provedor nas relações sociais de sexo era atribuído ao homem, sendo este responsável por sustentar a casa e dar segurança, à mulher era intitulado o papel de cuidar dos filhos, manter a casa em ordem (realizar tarefas domésticas), cabendo exclusivamente a mulher participar das atividades produtivas somente como forma de complementar a renda principal da família.

### 1.2 Análise da composição da força de trabalho feminina no Brasil

O foco das presentes considerações são as estatísticas oficiais relacionadas às mulheres no mercado de trabalho no período de 1993-2005. Com base nas estatísticas dos órgãos oficiais de governo (em especial as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), é possível traçar o quadro completo da situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no referido período.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro é evidente e ocorre desde 1970. Esse crescimento não se limitou ao século passado, continuando a ocorrer neste século. Além disso, é importante destacar o perfil majoritário da mulher que trabalha. O perfil mais comum revela a presença maior das mulheres mais velhas, casadas e mães, que acumulam os afazeres domésticos com o trabalho fora de casa. Trata-se, no caso, de continuidade do já bem conhecido modelo de organização familiar, em que as mulheres se expõem a sobre jornada de trabalho diariamente.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Dito isso, é possível, com base nas informações disponibilizadas pelo IBGE, traçar algumas conclusões gerais sobre o assunto. Destaque-se, inicialmente, que a taxa de atividade das mulheres passou de 47% para 53% que a participação das mulheres no mercado de trabalho passou de 39,6% para 43,5%. Isso revela ainda haver certa distância entre as realidades feminina e masculina no mercado de trabalho, já que os homens atingem taxa de ocupação superior a 70% (BRUSCHINI, 2007).

A transformação no quadro sociocultural envolvendo gênero foi essencial para as mudanças na presença das mulheres no mercado de trabalho. O perfil familiar mudou. Diminuiu o número de filhos por casal e conseqüentemente o tamanho das famílias, devido à redução da taxa de fecundidade. O envelhecimento da população revelou a maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres. E a mulher, no século XXI, assume cada vez mais o papel de chefe de família (em 30,6% das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares, no ano de 2005).

Outro ponto a destacar é a peculiaridade de a mulher participar do mercado de trabalho sem abandonar a jornada de trabalho no âmbito familiar. Antigamente, nas décadas de 1970 e 1980, as estatísticas eram pouco reveladoras da efetiva participação das mulheres no mercado de trabalho porque não classificavam como economicamente ativas as mulheres que declaravam “afazeres domésticos” como atividade. Diante disso, surgiram propostas de computar as várias atividades domésticas como trabalho que integra a vida econômica do país.

Ao se investigar essa esfera privada do trabalho, observou-se aqui também a desigualdade de gênero, com 90% das mulheres declarando trabalho doméstico, enquanto que menos de 45% fizeram declaração semelhante.

Em 2005, passa-se a ter um aumento da taxa de atividade feminina no Brasil 74%, essa porcentagem é compreendida por mulheres entre 30 e 39 anos, 69% representa mulheres entre 40 e 49 anos e mulheres com idade entre 50 e 59 anos também são ativas apresentadas por um percentual de 54%. Ainda assim, apesar do aumento da participação feminina muita coisa pertence de acordo com a década passada, ainda é destinada a mulher a responsabilidade principal de realizar as atividades domésticas, auxiliar na educação dos filhos, para as que realizam atividades econômicas, essa responsabilidade gera uma sobrecarga. Entre 1970 e 1980 os dados levantados nas estáticas pelo IBGE, foram considerados inadequados, não era possível traçar um perfil verídico contemplasse a real contribuição feminina à sociedade, o trabalho doméstico não era contabilizado como atividades econômicas eram considerados como a atividade principal exercida pelas mulheres os “afazeres domésticos” e eram classificadas como economicamente inativas (BRUSCHINI, 1998).

Na mesma década exclusivamente no ano de 1970 foi realizado o Censo Demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que somente 18,5% das mulheres faziam parte da população economicamente ativa. Em 2010, essa taxa aumentou e passou a representar 48,9%. Na mesma ordem cronológica ocorreu o inverso com a taxa de participação masculina, em 1970



representava 71,8%, e em 2010 caiu para 67,1%. A redução da participação do homem no mercado de trabalho pode ser compreendida devido aos maiores anos de estudo, e uma saída mais prematura, relacionada à cobertura da previdência (ALVES, 2013).

### **1.3 Diferenciações salariais entre homens e mulheres**

Altonji e Blank (1999) argumentam sobre o efeito de preferências heterogêneas nas escolhas dos agentes no mercado de trabalho. Nesse contexto as preferências do mercado de trabalho diferenciadas pelos grupos distintos, setor formal ou informal, empresas de setor público e privado, norteia as características de modo geral, a alocação de postos de trabalhos diferentes existente entre os grupos, implica na diferenciação salarial, os homens acabam por ganhar mais que as mulheres que desejam trabalhos com horários mais flexíveis por utilizarem parte do tempo em afazeres domésticos ou criação dos filhos (FERNANDES, 2002).

A experiência profissional é outro fator na diferencial salarial entre homens e mulheres, um maior grau de experiência de um profissional no mercado, maior será a sua remuneração, o modelo de discriminação pode ser dividido em duas formas diferentes: o modelo de competição e os modelos de coletividade, independente do modelo.

Para Becker (1971), o modelo de competição é o mais prejudicial, sendo o preferido de um grupo dominante que usa essa competição para discriminar um grupo de minorias. O atual quadro de discriminação que existe no mercado de trabalho.

### **2.1 A constituição da participação feminina no mercado de trabalho maranhense: aspectos históricos**

Ao analisar o contexto maranhense, verifica-se que os contextos de formação de mulheres e homens eram compostos por várias divergências de ideias, algo que fica mais evidente ao se tratar das relações de gênero entre os papéis do homem e da mulher. Durante a Primeira República, por exemplo, o sistema educacional imposto à sociedade, condicionava os papéis do homem e da mulher na sociedade.

A historiadora maranhense Elizabeth Abrantes, aponta que, em São Luís, na Segunda Metade do Século XIX, ao estabelecer uma análise da educação feminina nesse período, destaca elementos de uma “mulher ideal” para aquela sociedade. Havia a exaltação da mulher enquanto virgem, uma esposa e mãe exemplar, ou seja, uma mulher bela, recatada e do lar. A sociedade colocava no casamento, a realização dos sonhos juvenis das mulheres, colocando-a também como “frágil e débil”, onde o homem era o responsável pela proteção e sustento do lar (ABRANTES, 2002). O reflexo dessa visão sobre a mulher perdurou por bastante tempo, especialmente referente à virgindade, casamento e maternidade.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**

## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



No século XX, já no contexto republicano, a dita “modernização social” fez com que as mulheres ganhassem um pouco mais de espaço para além do contexto familiar. Com a urbanização, a mulher passou a agir de forma mais direta no meio público, principalmente por meio da capacitação intelectual e profissional, ou seja, retirou-se a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial (COSTA, 2004).

Com a intelectualização feminina, as mulheres tiveram acesso a um espaço para além do doméstico, desta forma, houve um considerável crescimento no número de mulheres alfabetizadas, cultas, e com maior visibilidade pública. Além de contribuições sociais e políticas, a urbanização proporcionou transformações na consciência e nas relações sociais patriarcais tradicionais (BESSE, 1999).

A urbanização no Maranhão, especialmente na capital São Luís, veio através de crises econômica vivenciadas no meio rural, dada a mudança de foco na economia. Dessa forma, a cidade de São Luís, com o processo de migração para a capital, cresce bastante economicamente. A implantação das fábricas na capital impulsionou seu crescimento urbano de forma intensa. Com o aumento populacional, percebeu-se a precarização na urbanização de São Luís, em especial, com relação a serviços de iluminação pública, bondinhos e a necessidade de construção de novas e mais amplas avenidas.

Outrora, a “cidadania” concedida às mulheres, não garantia os mesmos benefícios sociais dos homens. Com a República, o discurso de universalização da prática cidadã, em especial, a ideia de povo e nação, contribuiu para que a mulher aos poucos fosse tendo os mesmos benefícios que os homens. No final do século XIX, a concepção de família também começava a mudar, proibiu-se o incesto, casamentos de mulheres muitos mais jovens que seus maridos, dessa forma, novos modelos de constituição de casamento e família se formavam (ROCHA, 2004).

## 2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, adotou-se a metodologia quantitativa, que, de acordo com Richardson (1999) é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Para Mattar (2001) pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação.

Quanto ao seu objetivo, o trabalho é caracterizado como descritivo. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



Quanto ao método de coleta de dados, foram extraídos da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE) para compreensão da evolução demográfica no Estado do Maranhão em percentual. Para compreensão e análise de evolução do crescimento percentual das trabalhadoras no mercado formal segundo as grandes áreas de atividade no período de 2007 a 2012 e 2013 a 2017, foram utilizados dados da base do Ministério do Trabalho – RAIS (Registro de Relação Anual de Informações Sociais) para análise comparativa.

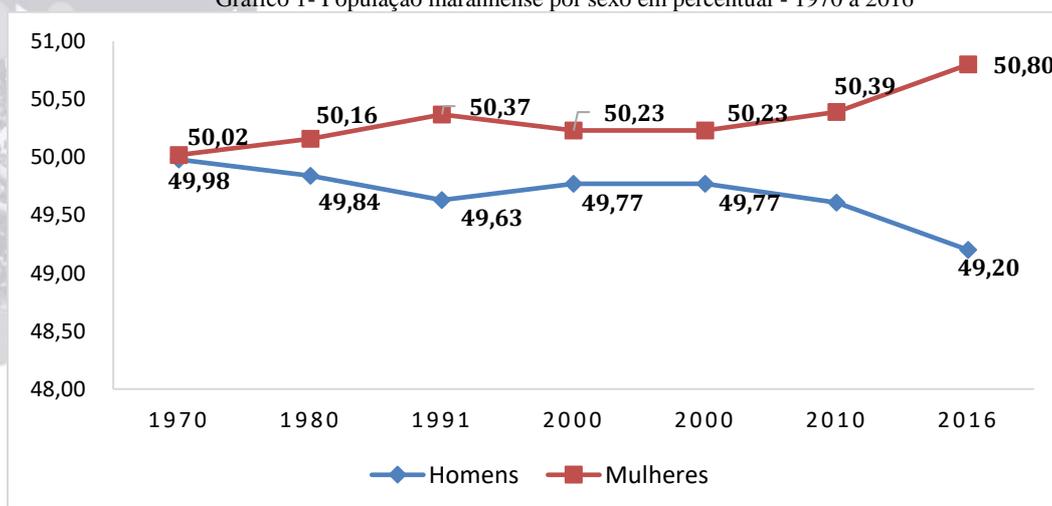
### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 Resultados da pesquisa**

##### **3.1.1 Participação feminina no mercado formal de trabalho no Maranhão**

A análise de evolução demográfica da população maranhense por sexo realizado pelo IBGE - PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE) apresenta no decorrer dos anos um crescimento no percentual feminino em relação ao percentual masculino. A partir do ano 2000 o percentual de mulheres no Estado do Maranhão passa a apresentar um crescimento exponencial ultrapassando o masculino em 0,46 %, nos anos seguintes esse percentual continuou a crescer. Em uma pesquisa realizada pelo IBGE dados apontam que as mulheres maranhenses vivem mais que os homens, na faixa etária de 0 a 19 anos, a taxa masculina tende a ser maior a partir dos 20 anos esse cenário se inverte e as mulheres passam a ganhar a frente, conforme aponta o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a população maranhense tende a diminuir nos próximos anos, um dos fenômenos para esse decréscimo é que as mulheres estão ganhando cada vez mais espaços no mercado de trabalho e acabam por adiar planos de terem filhos para focar na carreira.

Gráfico 1- População maranhense por sexo em percentual - 1970 a 2016



Fonte: IBGE - Censos Demográficos e PNAD Contínua 2º bimestre de 2016

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**

## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



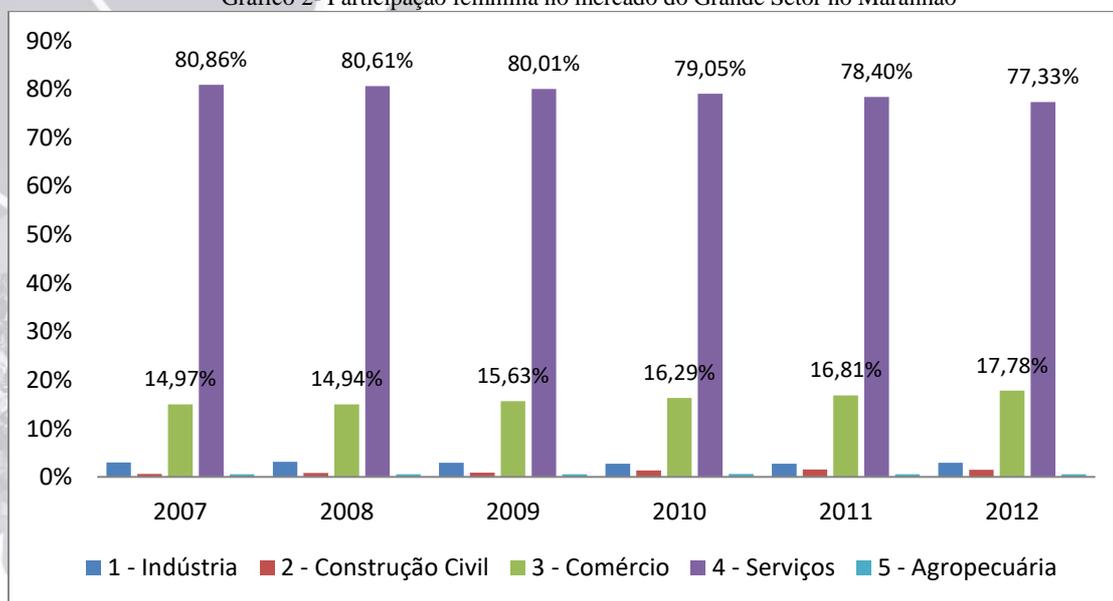
Observatório do Trabalho do Maranhão

### 3.1.2 Participação feminina no mercado formal de trabalho no Maranhão

O recorte temporal a ser analisado abarca o período entre 2007 e 2017<sup>3</sup>, pois esse período compreende a recuperação da economia e a melhoria do mercado de trabalho maranhense ocorrido a partir de 2004, momento em que houve inflação declinante do PIB e é explicado tanto pela demanda externa que afetou a economia mundial exercida na época, em especial pela China, juntamente com as medidas tomadas pelo governo federal na atividade econômica. Os aumentos reais de salários, o salário real médio começou a subir substancialmente a partir do ano de 2004, com um aumento real acumulado de cerca de 35% entre 2004 e 2013, segundo dados oficiais do IBGE. A partir de 2004 com o aumento das exportações o governo passou a colocar em prática um regime de crescimento econômico com distribuição de renda, que continuou impulsionando o consumo interno, valorizando o salário mínimo e criando e ampliando programas sociais. Esse conjunto de características conduziu a um ciclo virtuoso de crescimento da atividade econômica e da renda entre 2004 e 2008, com aumento do emprego formal e diminuição persistente dos índices de concentração da renda e da pobreza (CACCIAMALI, 2011).

Entre 2007 e 2012, a participação das mulheres no mercado formal de trabalho aumentou, esse número passou de 43,68% para 43,04%. Das mulheres ocupadas em empregos formais, em 2012, 2,89% estão na indústria, 1,47% estão na construção civil, 17,78% estão no comércio, 77,33% estão em serviços, 0,52% estão na agropecuária.

Gráfico 2- Participação feminina no mercado do Grande Setor no Maranhão



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**

<sup>3</sup> Não será discutida aqui o impacto da crise iniciada em 2014 no mercado de trabalho.



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

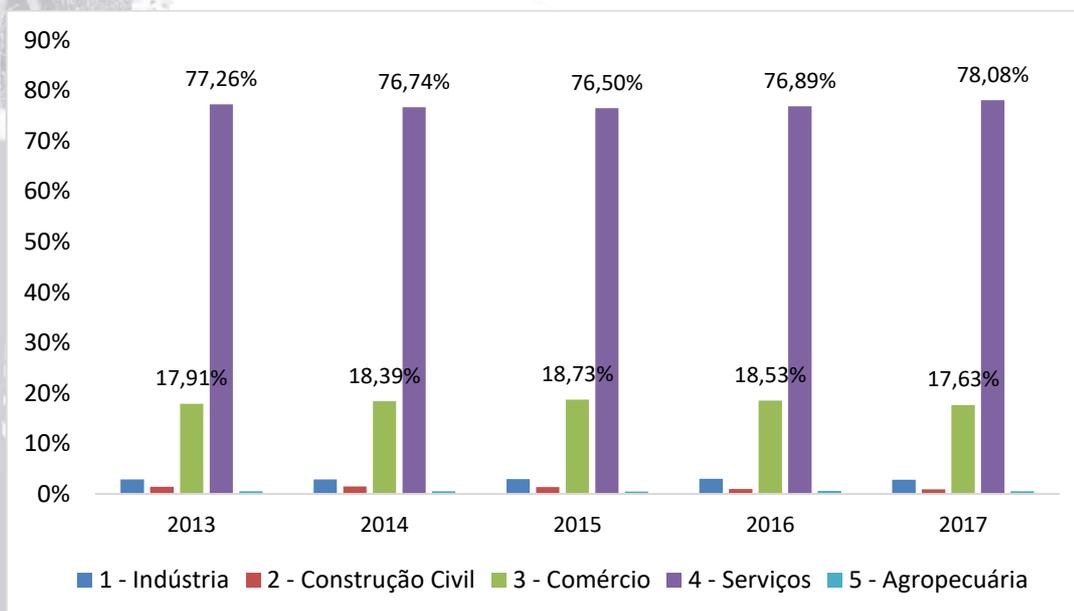
## 3º ENCONTRO DO

Entre 2013 e 2017, a participação das mulheres no mercado de trabalho formal também apresentou um crescimento de 2,3%, passando de 43,93% para 46,23%.

Das mulheres ocupadas em empregos formais, em 2017, 2,84% estão na indústria, 0,89% estão na construção civil, 17,63% estão no comércio, 78,08% estão em serviços, 0,56% estão na agropecuária.

Em 2017, o rendimento médio mensal das mulheres era de; R\$ 2.045,83 na indústria; R\$ 1.788,38 na construção civil; R\$ 1.366,91 no comércio; R\$ 2.395,23 em serviços; R\$ 1.372,78 na agropecuária conforme dados da RAIS.

Gráfico 3- Participação feminina no mercado do Grande Setor no Maranhão



Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS

O mercado formal de trabalho sempre foi mais aberto ao homem e, nos últimos anos essa estatística tem se intensificado. Os dados do último levantamento no semestre de 2016 realizado pelo IBGE no Maranhão apontou que as mulheres possuíam um ganho de 16% a menos que os homens no mercado de trabalho em São Luís, para maior compreensão desse percentual, é o fato de que, os homens acabam por ocuparem a maior parte da força de trabalho presente e muitas mulheres optam por estudar a trabalhar buscando capacitação para voltarem ao mercado de trabalho já que o índice de desemprego tem sido crescente no grande setor.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

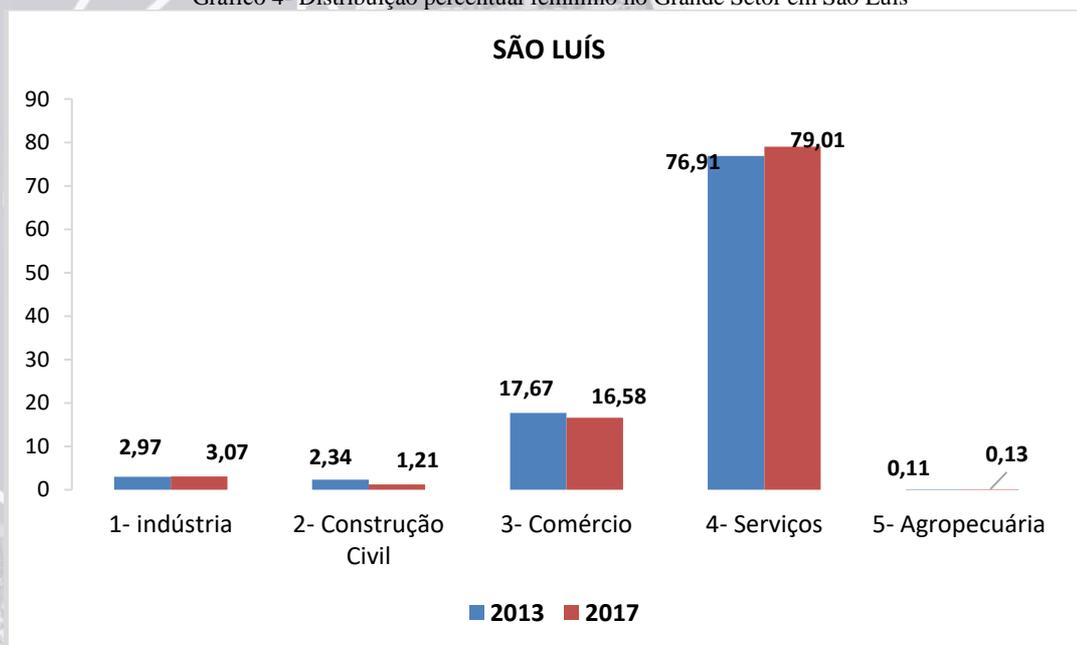


**3.1.3 Participação feminina no grande setor em São Luís e Imperatriz – 2013/2017**

Em São Luís o grande setor passou de 42,45% no ano de 2013 para 45% em 2017. Na construção civil houve uma queda de 1,13% em comparação ao ano de 2013 no Brasil, uma pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou uma queda de 0,9 pontos na indústria da construção civil no Maranhão. Das mulheres ocupadas em empregos formais, em 2017, 3,07% estão na indústria, 1,21% estão na construção civil, 16,58% estão no comércio, 79,01% estão em serviços, 0,13% estão na agropecuária.

Em 2017, o rendimento médio mensal das mulheres era de; R\$ 2.459,68 na indústria; R\$ 1.916,85 na construção civil; R\$ 1.495,93 no comércio; R\$ 3.038,29 em serviços; R\$ 1.118,17 na agropecuária conforme dados da RAIS.

Gráfico 4- Distribuição percentual feminino no Grande Setor em São Luís



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS

Em Imperatriz/MA o mercado formal feminino no grande setor ocupava em 2013 42,49% apresentando em 2017 um leve crescimento de 0,78% passando a representar 43,47%. Das mulheres ocupadas em empregos formais, em 2017, 5,92% estão na indústria, 1,31% estão na construção civil, 32,37% estão no comércio, 60,17% estão em serviços, 0,22% estão na agropecuária conforme dados da RAIS.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**

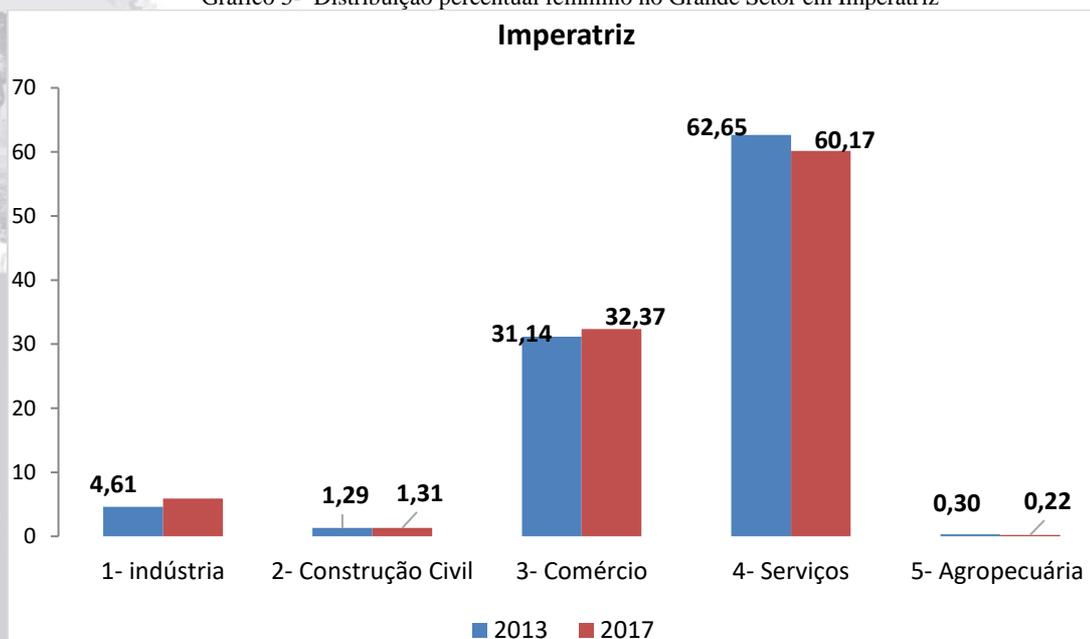
## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Em 2017, o rendimento médio mensal das mulheres era de; R\$ 1.769,61 na indústria; R\$ 1.686,76 na construção civil; R\$ 1.341,67 no comércio; R\$ 1.958,84 em serviços; R\$ 1.205,02 na agropecuária.

Gráfico 5- Distribuição percentual feminino no Grande Setor em Imperatriz



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS

O Maranhão tem adotados em seu plano de governo políticas públicas que promovam a igualdade econômica e fomentem a participação da mulher no mercado. No período de 2013 a 2015 o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres com 10 capítulos, em seu capítulo 1 possui 15 linhas de ações voltadas para a igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, na linha 1.1 do plano estadual temos a promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou de ciência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção. Esta linha possuía como ações internas fortalecer a participação das mulheres nos programas e iniciativas voltadas para a capacitação e qualificação profissional; promover a valorização da mão-de-obra feminina.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Na linha de ação 1.4 tem-se o estímulo à capacitação profissional de mulheres e a sua inserção em ocupações que não reforcem a divisão sexual do trabalho; visando contribuir para a formação de mulheres para o mercado de trabalho; incluir as dimensões de gênero, raça, independente do sua orientação sexual e etnia. Na linha 1.6 temos a promoção da proteção e seguridade social das mulheres, em especial daquelas em situação de vulnerabilidade, com vistas a erradicar a pobreza e melhorar suas condições de vida. As linhas de ações estabelecidas no plano estadual possuíam como órgãos responsáveis a SECTEC (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação), SETRES (Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária) e a SEMU (Secretaria Estadual da Mulher). As ações desenvolvidas para a igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica para as mulheres maranhenses focaram em criar linhas de ações focadas em promover à igualdade de gênero no mundo do trabalho e incentivo a autonomia das mesmas, ações operacionalizadas que contribuem para a eliminação da desigualdade na divisão sexual do trabalho ao mesmo tempo efetivando a inserção das mulheres no processo de desenvolvimento do estado.

No que se refere ao PPA (Plano Plurianual) do Estadual do Maranhão no período de 2016 a 2018 em colaboração com a SEMU (Secretária de Estado da Mulher) foram elaboradas 4 ações com o objetivo de coordenar o planejamento, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. Na avaliação realizada em 2019 para averiguar a efetividade das políticas implementadas o programa atingiu um valor de eficácia de 1,66 na escala de valoração da metodologia do programa traduzindo que o programa foi eficaz.

Atualmente a Secretaria da Mulher possui 6 (seis) ações sob sua responsabilidade<sup>4</sup>. A primeira é a formação e Multiplicação sobre a temática da Autonomia Econômica para Mulheres, com a realização de oficinas, palestras, rodas de conversa, realizadas pela equipe da SEMU ou multiplicadoras formadas, pautando diversas temáticas, como a importância do mundo do trabalho para as mulheres (importância da autonomia econômica para as mulheres; a segunda é realização de cursos de capacitação profissional com recursos próprios ou em parceria com outras instituições/ organizações, como por exemplo o projeto “Mulheres que Constroem”, que visa proporcionar a mulheres formação, aprendizagem e qualificação profissional ao desenvolvimento de atividades ligadas ao ramo da construção civil; a terceira ação é a Formação para mulheres com a metodologia do Programa "Ela Pode", do “Instituto Rede Mulher Empreendedora”, que visa a realização de formações de 16h para mulheres na perspectiva de estimular o desenvolvimento de competências socioemocionais; como quarta ação a SEMU realiza o Levantamento de dados de mulheres, na perspectiva do mundo do trabalho, com a aplicação de instrumentais para diagnosticar o interesse das mulheres e mapear grupos de mulheres no Estado e conhecer a realidade local, necessidades e detectar as potencialidades das mesmas (construir uma fonte de dados para projetos, para visitas e para outras secretarias e parceiros da iniciativa privada);

<sup>4</sup> Informações obtidas através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) sob o protocolo nº 1 002033201901.

## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Observatório do  
Mercado de Trabalho  
do Maranhão

em sua quinta ação é a realização de Parcerias com a iniciativa privada para inserção de mulheres no mundo do trabalho, como, por exemplo, a parceria já estabelecida com a Startup “Ela Faz” e como sexta e última ação temos a Implementação do "Selo Amigo da Mulher", Decreto 33872 de 08/03/2018, Selo Amigo da Mulher, que visa propor estratégias para certificação das instituições privadas e públicas que tenham ações efetivas para promoção da igualdade de gênero.

Conforme nota de avaliação do PPA (2019, p. 90) descrita pela Secretária de Estado do Planejamento e Orçamentos “Em relação ao desenvolvimento das ações ligadas ao Programa de Gestão de Políticas para as Mulheres a SEMU, nos anos de 2016 até 2018 o Maranhão atingiu o quantitativo de 89 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres, dentre Secretarias, Coordenações e Departamentos, resultado de diálogo permanente e apoio à municipalidade em formação e capacitações técnicas, bem como fortalecimento institucional local das Redes de Atendimento, coloca nosso Estado em posição de destaque no cenário nacional das políticas públicas para as mulheres. Em relação ao fortalecimento de instâncias de participação popular e controle social, o Conselho Estadual da Mulher – CEM, também nos anos de 2016 a 2018, não se deteve a apenas as articulações compartilhadas de macro política, exemplo da Plataforma Mais Mulheres na Política, Mais Políticas para as Mulheres, mas também na execução conjunta de ações que permitem o diálogo direto das mulheres de todos os territórios maranhenses, apresentando suas realidades à Conselheiras do CEM e Técnicas da SEMU por onde passa a Itinerância da Mulher Maranhense, sendo uma importante estratégia de fomento à criação de mais OPMs, de Ouvidorias Municipais e Conselhos Municipais da Mulher.” Com base na avaliação satisfatória do programa há indicativo de permanência para 2020-2023 e conforme o órgão não há necessidade de alteração e nem necessidade de inclusão de uma nova ação no programa.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho analisar a evolução das mulheres no mercado de trabalho no Maranhão e avaliar as políticas implementadas pelo governo. A evolução feminina no mercado tem alterado o comportamento masculino uma vez que as mulheres estão passando a adquirir maior distribuição nas funções tanto na família quanto no trabalho. A desigualdade salarial ainda é marcante em muitas profissões e a grande questão atual é tentar reverter esse quadro, a mudança já expressa é devida a persistência das mulheres em conseguir realizar seus sonhos e estudar ao mesmo tempo, além lutar pelos seus direitos trabalhistas.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



O governo tem adotado nos últimos anos políticas voltadas para as mulheres gerando capacitação e inserido essas mulheres no mercado; nos últimos anos as políticas implementadas têm sido eficiente e estão atingindo as metas estabelecidas no plano. Garantir o acesso à educação e a formação profissional é fundamental para que as mulheres possam assegurar a participação direta no mercado com salários equivalente ao do mercado sem diferenciação de sexo.

Mesmo com todas as alterações no mundo do trabalho em relação às mulheres, ainda existe uma segregação por gênero e muitas ainda se encontram em atividades vulneráveis, mesmo possuindo as mesmas características profissionais que os homens acabam por receber valores muito abaixo do que é pago aos homens.

### 5. REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária?** In: HIRATA, H.; SEGNINI, L. (Orgs). Organização, trabalho e gênero. São Paulo: SENAC, p.21-42, 2007.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Belo Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX.** Recife: UFPE, 2002.

ALTONJI, J. G.; BLANK, R. M. **Race and gender in the labor market.** Handbook of Labor Economics, Elsevier, Edition 1, Vol3, No 3, 3143-3257, 1999.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas de atividade no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

ARAÚJO, A. M. C. **Os sentidos do trabalho da mulher em tempos de reestruturação produtiva.** In: INTERNATIONAL CONGRESS ON WOMEN'S HEALTH ISSUES AND IV CONGRESS ON OBSTETRIC AND NEONATAL NURSING, 15., 2004, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: USP, p. 1-29, 2004.

BECKER, G. S. **The Economics of Discrimination.** University of Chicago Press, 1971.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914 - 1940).** São Paulo: EDUSP, 1999.

BRUSCHINI, C. **Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade?** In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. de P. (orgs.) Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. São Paulo, Rio de Janeiro: Alast, p.277-294, 1998.

BRUSCHINI, C. **Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos.** Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça, [S.L], v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Bruschini, M. C.; Lombard, M. R. (1998) “A bipolaridade do trabalho feminino”. *Cadernos de Pesquisa*, 110, 67-104

CACCIAMALI, M. C. Brasil: un caso reciente de crecimiento económico con distribución de renta. *Revista de Estudios Empresariales*, n.1, p.46-64, 2011. Disponível em: <<http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/REE/article/view/57>>. Acesso em: 10. out.2019

Chile e PNUD realizam fórum global sobre igualdade de gênero no mercado de trabalho. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/chile-e-pnud-realizam-forum-global-sobre-igualdade-de-genero-mercado-trabalho/>>. Acesso em: 9 out. 2019

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

D' ALONSO, G.L. Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias. *Psicol Am Lat. México*. N.15, dez. 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000400003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400003)> Acesso em: 10 out. 2019

DEL PRIORE, M. **A história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

DIEESE. Trabalho e renda da mulher na família. Disponível em:<[https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq06\\_mulher05.pdf](https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq06_mulher05.pdf)>. Acesso em: 9 out. 2019.

DINÂMICOS, Relatório. Empoderamento das mulheres. Disponível em:<<http://relatoriosdinamicos.com.br/mulheres/trabalho/BRA002021/maranhao>>. Acesso em: 25. set. 2019.

FERNANDES, R. **Desigualdade salarial: aspectos teóricos**.In: CORSEUIL, C. H. (Ed.). *Es-trutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2002.

GARCIA, Lucia dos Santos e CONFORTO, Ecléia. A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H7-03.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBO, G1. Pesquisa aponta queda na indústria de construção civil no MA. Disponível em:<<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/04/12/pesquisa-aponta-queda-na-industria-de-construcao-civil-no-ma.ghtml>>. Acesso em: 23 set. 2019.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



HIRATA, H. **Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais.** Cadernos de Crítica Feminista, Recife, Ano III, n.2, dez. 2009.

IMPARCIAL, O. Mulheres ganham 16% menos que homens no MA. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/03/mulheres-ganham-16-menos-que-homens-no-ma/>>. Acesso em 22 set. 2019

JESUS, De. O Estado. Maranhão já tem 7 milhões de habitantes segundo o IBGE. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/07/25/maranhao-ja-tem-7-milhoes-de-habitantes-segundo-o-ibge/>>. Acesso em: 24 set. 2019.

JUNIOR, Daniel. População do maranhão tende a decrescer aponta IBGE. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/07/26/populacao-do-maranhao-tende-a-decrescer-aponta-ibge/>>. Acesso em: 25 set. 2019

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.**In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. Disponível em [https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/PLANO\\_EST.\\_POL%3%8DTICAS\\_MULHERES\\_Versao\\_final.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/PLANO_EST._POL%3%8DTICAS_MULHERES_Versao_final.pdf). Acesso em: 30 set. 2019

Relatório de avaliação do PPA 2016-2019. Disponível em: <<http://www.seplan.ma.gov.br/plano-plurianual-ppa/>>. Acesso em: 30 set. 2019

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. **Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil.** Campinas: Autores Associados, p. 133-183, 2004.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da, SANTOS, Luciana Mateus, TEIXEIRA, Luciane Alves et al. **A mulher e sua posição na sociedade -da antiguidade aos dias atuais-**. *Rev. SBPH.* vol.8, n.2, p.65-76, dez. 2005.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

